

ATA NÚMERO 107/XIII (3.ª)

A 31 de janeiro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

Audiência do Museu da Farmácia e da Associação Portuguesa de Museus, sobre o Ano Europeu do Património Cultural/Museus 2018, a entrega de prémios da APOM 2018, a exposição de Museus Portugueses no Conselho da Europa e a possibilidade de realizar uma exposição sobre o Museu da Farmácia na Assembleia da República:

- Diretor do Museu da Farmácia e Presidente da Associação Portuguesa de Museus, João Neto.

II Parte

1. Informações.
2. Aprovação da ata da reunião de 16 de janeiro de 2018.
3. Fixação da redação final do **projeto de resolução n.º 1186/XIII (3.ª)** (BE) — Recomenda ao Governo o reforço dos meios da Biblioteca Nacional de Portugal que permita uma política de aquisições bibliográficas autónoma e regular, desenvolvendo as coleções e enriquecendo o património bibliográfico nacional.
4. Fixação da redação final dos projetos de resolução n.ºs **1166/XIII (3.ª)** (PEV) — Pela valorização da calçada portuguesa, o apoio à candidatura a Património Cultural Imaterial da Humanidade e a valorização da profissão de calceteiro —, **1192/XIII (3.ª)** (PAN) — Recomenda ao Governo que diligencie pela manutenção e valorização da calçada portuguesa —, **1196/XIII (3.ª)** (PCP) — Valorização da calçada portuguesa e da profissão de calceteiro —, **1200/XIII (3.ª)** (BE) — Valorização da arte de calcetamento e da calçada portuguesa artística — e **1208/XIII (3.ª)** (PSD) — Recomenda ao Governo a salvaguarda e valorização da calçada portuguesa.
5. Fixação da redação final dos projetos de resolução n.ºs **898/XIII (2.ª)** (PSD) — Recomenda ao Governo a salvaguarda do património industrial corticeiro da Robinson —, **1123/XIII (3.ª)** (PEV) — Recomenda ao Governo que salve e valorize o património industrial corticeiro da Fábrica Robinson em Portalegre —, **1126/XIII (3.ª)** (PS) — Recomenda ao Governo a promoção de soluções que permitam a preservação e salvaguarda do património industrial da Fábrica Robinson —, **1128/XIII (3.ª)** (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que, em conjunto com a Câmara Municipal de Portalegre e com a Fundação Robinson, desenvolva um programa de recuperação, de

salvaguarda e de preservação do património cultural, nomeadamente espólio arqueológico-industrial, da Sociedade Corticeira Robinson Bros, SA —, **1129/XIII (3.ª)** (PCP) — Recomenda a salvaguarda, valorização e dinamização da antiga Fábrica Robinson, em Portalegre, e do seu património industrial corticeiro —, **1136/XIII (3.ª)** (BE) — Recomenda ao Governo que tome medidas com carácter de urgência para a salvaguarda do património da Fábrica Robinson em Portalegre — e **1143/XIII (3.ª)** (PAN) — Recomenda ao Governo que adopte medidas para a recuperação, preservação e salvaguarda do património industrial da antiga Fábrica Robinson em Portalegre.

6. Discussão do **projeto de resolução n.º 1185/XIII (3.ª)** (BE) - Recomenda a constituição de um grupo de trabalho para o levantamento da situação em que se encontram os arquivos nacionais tendo em vista a sua reforma e salvaguarda da memória e história portuguesas.
7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição do Senhor Ministro da Cultura, da direção do Instituto do Cinema e do Audiovisual e da Plataforma do Cinema sobre a área do cinema.
8. Apreciação e votação do parecer relativo aos Relatórios de Regulação e de Supervisão e de Atividades e Contas da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), referentes a 2016:

Relator: Deputado Hugo Carvalho (PS)

9. Apreciação e votação do relatório da **Conta Geral do Estado de 2016**:

Relator: Deputado Carlos Silva (PSD)

10. Apreciação e votação do parecer dos **projetos de lei n.º 695/XIII (3.ª)** (PAN) — Determina o fim da utilização de animais nos circos —, **n.º 701/XIII (3.ª)** (PCP) - Reforça a proteção dos animais utilizados em circos —, **n.º 703/XIII (3.ª)** (BE) — Proíbe a utilização de animais selvagens em circos e estabelece medidas de apoio às artes circenses -, **n.º 705/XIII (3.ª)** (PS) - Determina a proibição da utilização de animais selvagens nos circos, procedendo à 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 255/2009, de 24 de setembro — e **n.º 706/XIII (3.ª)** (Os Verdes) — Sobre animais em circo:

Relatora: Deputado Diogo Leão (PS)

11. Apreciação e votação do relatório final da **petição n.º 368/XIII (2.ª)**, apresentada de Maria do Céu Aguiar da Mota e outros, solicitando a adoção de medidas em defesa da opinião pública na imprensa escrita:

Relatora: Deputada Carla Sousa (PS)

12. Apreciação e votação do relatório da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Reforçar a identidade

européia através da educação e da cultura Contributo da Comissão Europeia para a cimeira de Gotemburgo de 17 de novembro de 2017 - COM(2017) 673:

Relatora: Deputada Constança Urbano de Sousa (PS)

13. Outros assuntos

Próxima reunião da Comissão: dia 7 e fevereiro de 2018, com a audição do Senhor Ministro da Educação.

I Parte

Audiência do Museu da Farmácia e da Associação Portuguesa de Museus, sobre o Ano Europeu do Património Cultural/Museus 2018, a entrega de prémios da APOM 2018, a exposição de Museus Portugueses no Conselho da Europa e a possibilidade de realizar uma exposição sobre o Museu da Farmácia na Assembleia da República

Dando início à audiência, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas vindas ao Diretor do Museu da Farmácia e Presidente da Associação Portuguesa de Museus, Dr. João Neto, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando-lhe de seguida a palavra para fazer uma intervenção inicial.

Iniciando a sua intervenção, João Neto começou por lembrar que, no âmbito das comemorações do Ano Europeu do Património, no dia 25 de maio de 2018 terá lugar na Cidadela de Cascais a atribuição dos prémios nacionais de museologia, que contará com a presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Nesse sentido, convidou os Senhores Deputados da Comissão a estarem presentes nessas cerimónias e a entregar alguns dos prémios que vão ser atribuídos aos museus e museólogos portugueses e às instituições que lutam e trabalham em prol dos museus, incluindo as embaixadas estrangeiras existentes em Portugal.

Disse também que o Museu Nacional dos Coches, em Lisboa, e o Museu Nacional Ferroviário, no Entroncamento, são as instituições portuguesas que estão incluídas na lista dos 40 finalistas, candidatos ao Prémio Museu Europeu do Ano 2018, criado pelo Conselho da Europa, o mais antigo dos galardões atribuídos pelo Fórum Europeu dos Museus e também o mais prestigiado na Europa, criado para reconhecer a excelência no setor museológico europeia e promover processos inovadores.

Falou igualmente dos graves problemas que atravessam os museus nacionais a nível do seu pessoal, da segurança e da definição das suas próprias competências, tendo, para esse efeito, a APOM já solicitado uma audiência com o Senhor Ministro da Cultura.

Reportou-se também à possibilidade de levar o património português a outros parlamentos e ao Parlamento Europeu e de realizar, no Ano Europeu do Património, na Assembleia da República uma exposição do Museu da Farmácia.

Usaram da palavra para colocar algumas questões os Senhores Deputados Diana Ferreira (PCP), Helga Correia (PSD), Hugo Carvalho (PS), Jorge Campos (BE) e Teresa Caeiro (CDS-PP), após o que o Diretor do Museu da Farmácia e Presidente da Associação Portuguesa de Museus respondeu às questões colocadas.

A audiência foi integralmente gravada em suporte video e faz parte integrante da presente acta.

II Parte

1. Informações:

1.1 Entrando na II Parte da Ordem do Dia, a Senhora Presidente informou da baixa à Comissão do projeto de resolução n.º 1249/XIII (3.ª) (PSD) — Aquisição d'A Anunciação, de Álvaro Pires de Évora —, tendo o Grupo Parlamentar do PSD transmitido que a discussão desta iniciativa seria feita em Plenário.

1.2 Deu também conhecimento da baixa à Comissão do projeto de resolução n.º 1263/XIII (3.ª) (BE) — Recomenda o estabelecimento da Zona Especial de Proteção do Centro Histórico do Porto, conforme o determinado na Lei n.º 107/2001 —, tendo o Grupo Parlamentar do BE informado que a sua discussão seria feita em Comissão.

1.3 Relativamente à Conferência Parlamentar sobre a Violência no Desporto, a Senhora Presidente transmitiu aos Senhores Deputados que, no dia 24 de janeiro de 2018, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias tinha dado resposta ao ofício dirigido pela 12.ª Comissão manifestando a sua disponibilidade para colaborar nos termos que forem considerados mais convenientes e oportunos na referida Conferência. Informou que os serviços já tinham efetuado uma pré-reserva da Sala do Senado para o dia 13 de março de 2018, terça-feira, e que os Grupos Parlamentares ainda não tinham apresentado qualquer proposta sobre o programa/temáticas a abordar e oradores e entidades a convidar. Nesse sentido, a Senhora Presidente solicitou aos Senhores Deputados que o mais rapidamente possível fizessem chegar aos serviços as respetivas propostas.

2. Aprovação da ata da reunião de 16 de janeiro de 2018

A ata da reunião de 16 de janeiro de 2018 foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Fixação da redação final do projeto de resolução n.º 1186/XIII (3.ª) (BE) – Recomenda ao Governo o reforço dos meios da Biblioteca Nacional de Portugal que permita uma política de aquisições bibliográficas autónoma e regular, desenvolvendo as coleções e enriquecendo o património bibliográfico nacional

A pedido do Grupo Parlamentar do PCP, este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão.

4. **Fixação da redação final dos projetos de resolução n.º 1166/XIII (3.ª) (PEV) - Pela valorização da calçada portuguesa, o apoio à candidatura a Património Cultural Imaterial da Humanidade e a valorização da profissão de calceteiro -, 1192/XIII (3.ª) (PAN) — Recomenda ao Governo que diligencie pela manutenção e valorização da calçada portuguesa -, 1196/XIII (3.ª) (PCP) — Valorização da calçada portuguesa e da profissão de calceteiro -, 1200/XIII (3.ª) (BE) - Valorização da arte de calcetamento e da calçada portuguesa artística -, e 1208/XIII (3.ª) (PSD) - Recomenda ao Governo a salvaguarda e valorização da calçada portuguesa**

A pedido do Grupo Parlamentar do PCP, este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão.

5. **Fixação da redação final dos projetos de resolução n.º 898/XIII (2.ª) (PSD) - Recomenda ao Governo a salvaguarda do património industrial corticeiro da Robinson -, 1123/XIII (3.ª) (PEV) - Recomenda ao Governo que salve e valorize o património industrial corticeiro da Fábrica Robinson em Portalegre -, 1126/XIII (3.ª) (PS) - Recomenda ao Governo a promoção de soluções que permitam a preservação e salvaguarda do património industrial da Fábrica Robinson -, 1128/XIII (3.ª) (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que, em conjunto com a Câmara Municipal de Portalegre e com a Fundação Robinson, desenvolva um programa de recuperação, de salvaguarda e de preservação do património cultural, nomeadamente espólio arqueológico-industrial, da Sociedade Corticeira Robinson Bros S.A - 1129/XIII (3.ª) (PCP) - Recomenda a salvaguarda, valorização e dinamização da antiga Fábrica Robinson, em Portalegre, e do seu património industrial corticeiro -, 1136/XIII (3.ª) (BE) - Recomenda ao Governo que tome medidas com carácter de urgência para a salvaguarda do património da Fábrica Robinson em Portalegre e 1143/XIII (3.ª) (PAN) - Recomenda ao Governo que adopte medidas para a recuperação, preservação e salvaguarda do património industrial da antiga Fábrica Robinson em Portalegre**

A pedido do Grupo Parlamentar do PCP, este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão.

6. **Discussão do projeto de resolução n.º 1185/XIII (3.ª) (BE) - Recomenda a constituição de um grupo de trabalho para o levantamento da situação em que se encontram os arquivos nacionais tendo em vista a sua reforma e salvaguarda da memória e história portuguesas**

Não tendo a Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) entregado as propostas de melhoria de redação desta iniciativa, a apreciação deste ponto ficou adiada para a próxima reunião da Comissão. Como no título da iniciativa é dito «constituição de uma comissão» mas nas conclusões da iniciativa fala-se em «grupo de trabalho», o Grupo Parlamentar do PS apresentou uma proposta de alteração no sentido de se proceder a esta retificação para se uniformizar o texto.

Assim, propôs que onde se lê «Recomenda a constituição de uma Comissão para o levantamento da situação em que se encontram os arquivos nacionais tendo em vista a sua reforma e salvaguarda da memória e história portuguesas» deverá ler-se: «Recomenda a constituição de um grupo de trabalho para o levantamento da situação em que se encontram os arquivos nacionais tendo em vista a sua

reforma e salvaguarda da memória e história portuguesas», proposta que foi aprovada pelos Grupos Parlamentares do PS, BE, CDS-PP e PCP e a abstenção do Grupo Parlamentar do PSD.

7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição do Senhor Ministro da Cultura, da direção do Instituto do Cinema e do Audiovisual e da Plataforma do Cinema sobre a situação do cinema em Portugal

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) fez a apresentação do requerimento, tendo-se reportado ao modelo de financiamento do cinema e ao papel do ICA e do Conselho Nacional de Cultura e da Secção Especializada do Cinema e do Audiovisual e às visões extremamente diferentes existentes sobre esta matéria.

Para o Grupo Parlamentar do PCP a abordagem destas matérias deve merecer um amplo debate por parte da Assembleia da República, defendendo que seria pertinente levar a efeito uma reflexão em torno de todas estas questões, fazendo um balanço daquilo que é o enquadramento legislativo existente e repensando aquele que é o papel das entidades públicas que têm responsabilidades nesta área. Daí o Grupo Parlamentar do PCP propor ouvir em Comissão o Senhor Ministro da Cultura, a direção do Instituto do Cinema e do Audiovisual e da Plataforma do Cinema, podendo o debate ser alargado a outras entidades que venham a ser propostas pelos diferentes Grupos Parlamentares.

De seguida, a Senhora Presidente submeteu à votação o requerimento, que foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

8. Apreciação e votação do parecer relativo aos Relatórios de Regulação e de Supervisão e de Atividades e Contas da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), referentes a 2016

O Senhor Deputado Hugo de Carvalho (PS) fez a apresentação do relatório, após o que se procedeu à sua votação, tendo sido aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

9. Apreciação e votação do relatório da Conta Geral do Estado de 2016:

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) fez a apresentação do relatório, após o que se procedeu à sua votação, tendo sido aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

10. Apreciação e votação do parecer dos projetos de lei n.º 695/XIII (3.ª) (PAN) - Determina o fim da utilização de animais nos circos -, 701/XIII (3.ª) (PCP) - Reforça a proteção dos animais utilizados em circos -, 703/XIII (3.ª) (BE) - Proíbe a utilização de animais selvagens em circos e estabelece medidas de apoio às artes circenses -, 705/XIII (3.ª) (PS) - Determina a proibição da utilização de animais selvagens nos circos, procedendo à 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 255/2009, de 24 de setembro, e 706/XIII (3.ª) (Os Verdes) - Sobre animais em circo

Após a apresentação do parecer feita pelo Senhor Deputado Diogo Leão (PS), usou da palavra o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), que se reportou ao conteúdo do parecer em si.

Disse que as iniciativas em causa versam sobre matéria que se presta ao extremar de posições e a alguns radicalismos, o que pensa ser perfeitamente normal; acrescentou também que o parecer a elaborar sobre estas iniciativas tem de ser neutro, característica de que não se reveste o parecer em apreço, que é coerente com as iniciativas em si mas não o é com a independência daquilo que são as normas regimentais aplicáveis à elaboração de um parecer. E justificou de seguida a sua posição tendo por base três aspectos.

O primeiro tem a ver com o facto do parecer em si ser descritivo quanto às iniciativas em si, ignorando aquilo que não é do desconhecimento do Parlamento, na medida em que diversas organizações fizeram chegar a todos os Deputados inúmeras questões sobre a delimitação do objeto das iniciativas em si, o que, quanto a si, não pode deixar de constar no parecer para que na discussão na especialidade haja o cuidado de responder à necessidade de esclarecimento ou de uma melhor delimitação do objeto das iniciativas.

Relativamente ao enquadramento legal, o parecer não prima pela objetividade. Percebe-se que se faça o enquadramento constitucional relativo àquilo que são os direitos dos animais e a tudo o que respeita a essa matéria, mas mal se compreende que isso não seja acompanhado da referência aos artigos da Constituição que falam sobre a proibição do Estado de orientar a formação educativa e cultural de acordo com orientações filosóficas, assim como da democraticidade da cultura. Esconder a democraticidade da cultura e a proibição do Estado de orientar filosoficamente a cultura dá uma conotação muito mais radical ao debate em apreço.

No parecer há também uma omissão grave em relação à legislação vigente. Como é que se faz um enquadramento tão abrangente ao ponto de se ir a normas gerais do Código Civil e não se tem a preocupação de incluir normas especiais que dizem respeito a este tipo de atividades, designadamente o decreto-lei que regula a atividade cicense que é diretamente visada pelas iniciativas em apreço, o que é uma omissão grave e incompreensível.

E mais grave e incompreensível é a omissão à portaria que já regula as restrições à utilização de animais em circos. Ninguém compreende nem compreenderá que o Parlamento faça uma discussão sobre a participação de animais em atividades circenses ignorando que já existe uma portaria sobre essa matéria e um decreto-lei que regula essa atividade e que a Constituição estipula determinado tipo de liberdades e a democraticidade da atividade cultural e orientando a agenda apenas num sentido. O Parlamento é livre de decidir o que quiser, é livre de decidir que os circos não podem utilizar animais, é livre de dizer que outros tipos de espaços não podem utilizar animais nas suas atividades, mas não é livre de não dizer claramente quais os espetáculos que não o podem fazer e quais os animais que não podem participar. Isso não é uma liberdade do

Parlamento, que tem de ser objetivo a fazer essa delimitação e não é livre de fazer esse debate ignorando todos os princípios constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis.

Quanto às audições, as iniciativas em causa respeitam à atividade circense mas não é proposto ouvir as entidades/associações ligadas a esta atividade. Que Parlamento democrático pode ficar de consciência tranquila se legislar sobre uma determinada atividade económica sem ouvir os seus agentes? Querer legislar sobre uma determinada atividade económica sem ouvir os seus agentes não é próprio de um parlamento democrático. O parecer propõe consultar, para efeitos de eventuais trabalhos na especialidade, o Ministério da Cultura, o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Economia, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e a Associação Animal, mas não propõe nenhuma entidade ligada à atividade circense. As audições tem de ser plurais e não podem ser orientadas num determinado sentido, esquecendo-se das associações representativas da atividade circense, o que não pode, de forma alguma, ser aceite. Há que conferir alguma democraticidade a este parecer, tornando-se também necessário que os autores das iniciativas digam quem são os seus destinatários para que depois se possa decidir quem é que deve ser ouvido.

Por fim, disse que se tornava necessário definir a metodologia de discussão destas iniciativas na especialidade, se em comissão se em grupo de trabalho .

O Senhor Deputado Joel Sá (PSD) usou da palavra para corroborar as palavras proferidas pelo Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP).

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) disse conceber perfeitamente que possa ser dado um novo enquadramento ao parecer em apreço que deixe a todos mais confortáveis no sentido de se poder enquadrar com maior democraticidade os diplomas em apreço.

Sublinhou que o parecer em causa só foi distribuído ao Grupo Parlamentar do PS já depois do debate na generalidade de todas estas iniciativas em Plenário.

Quanto à delimitação do objeto das iniciativas, essa é uma questão que respeita aos seus autores. O parecer apenas tentou, com base nos respetivos textos, identificar o melhor possível o objeto de cada uma das iniciativas a partir das designações genéricas neles previstas. Com o contributo dos seus autores o objeto de cada uma das iniciativas poderá e deverá ser bem delimitado no debate na especialidade.

Em relação ao enquadramento legal e constitucional, disse concordar com o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), admitindo reformular o seu parecer no sentido de fazer referência aos artigos da Constituição da República Portuguesa respeitantes às atividades culturais e a outros que não apenas os que respeitantes ao Código Civil.

Relativamente à audições previstas, como Deputado Relator está disponível também para alterar o parecer, embora no debate na especialidade seja sempre possível consultar outras entidades.

Concluiu a sua intervenção afirmando estar disponível para fazer uma revisão geral do parecer apresentado.

11. Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 368/XIII (2.ª), apresentada de Maria do Céu Aguiar da Mota e outros, solicitando a adoção de medidas em defesa da opinião pública na imprensa escrita

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) apresentou o relatório final, que, uma vez submetido à votação, foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

12. Apreciação e votação do relatório da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Reforçar a identidade europeia através da educação e da cultura Contributo da Comissão Europeia para a cimeira de Gotemburgo de 17 de novembro de 2017 - COM(2017) 673

Depois de efetuada a sua apresentação pela Senhora Deputada Constança Urbano de Sousa (PS), foi o mesmo aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

13. Outros assuntos

No âmbito do último ponto, a Senhora Presidente informou que o Colóquio «Direitos das Crianças no Desporto», agendado para o dia 27 de fevereiro, teve de ser adiado na medida em que nesse dia terão lugar as jornadas parlamentares do Grupo Parlamentar do BE.

Por último, informou que a próxima reunião teria lugar no dia 7 de fevereiro de 2018, com a audição do Senhor Ministro da Educação.

A reunião foi encerrada às 12 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 31 de janeiro de 2018



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade na reunião de 14 de fevereiro de 2018.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Sousa
Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
João Pinho de Almeida
Joel Sá
Jorge Campos
Luís Monteiro
Norberto Patinho
Pedro Delgado Alves
Pedro do Ó Ramos
Pedro Pimpão
Teresa Caeiro
Carlos Silva
Constança Urbano de Sousa
Cristóvão Crespo
Maria Manuel Rola
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Firmino Pereira
Ivan Gonçalves
Joana Barata Lopes
João Azevedo Castro
Sara Madruga da Costa

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Torres
Susana Lamas

